Introdução

“As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo esta algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi, mantendo seus habitus, a relação pode inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos vêem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta” (Heleieth Saffioti).

O presente estudo se insere na linha de pesquisa Violência, Família e Direitos Sociais do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-RIO, tendo por objeto de estudo a violência doméstica e familiar¹ no que tange ao entendimento do homem autor de violência contra mulher, como parte integrante desse processo e também no que diz respeito à necessidade de intervenção junto a ele. A referência empírica do estudo voltou-se para programas sociais na Cidade de Manaus. A violência doméstica é uma realidade que atinge homens, mulheres, crianças e idosos. Necessita para sua compreensão diferentes olhares e múltiplas ações numa perspectiva de abordagem global (Fonseca, 2001).

A violência doméstica é a forma mais freqüente de violência sofrida pelas mulheres, “ao contrário dos homens, cuja principal forma é aquela cometida no espaço público por conhecidos ou estranhos” (Ministério da Saúde, 2001).

O Ministério da Saúde realizou, em 2008, uma pesquisa em 37 cidades brasileiras, mostrando a situação extrema da quantidade de atendimentos médicos ocorridos em função da violência. O levantamento revelou os homens como as principais vítimas de acidentes e agressões, mas também como os principais agressores no país, responsáveis por 70,3% dos casos de violências contra mulheres, incluindo suas extensões mais perversas na violência sexual e doméstica dentre outras (Teixeira, Pinto, Moraes, 2010, SPM/PR, 2011).²

¹ A terminologia adotada, dentre uma polissemia de termos, segue a mesma da Lei 11.340/96 – Lei Maria da Penha e será contemplada posteriormente neste trabalho.

² http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/11/ acessado em: 21/01/2011

Neste trabalho partiu-se do questionamento: *Como os programas de atenção à violência doméstica e familiar contra a mulher em Manaus têm incluído os homens em suas ações?* Configurou-se a principal questão de interesse na busca de informações acuradas, objetivando de forma geral: identificar propostas atuais de atenção à violência doméstica e familiar contra mulher em Manaus, com vistas a apreender a real situação da inserção dos homens autores de violência (HAV)³ nesses programas, investigando serviços especializados para atendimento dos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, focalizando a percepção da equipe no que diz respeito à necessidade de atenção ao HAV conforme previsto na Lei Maria da Penha- LMP.

O pressuposto formulado teve por base o entendimento que os programas de atenção a violência doméstica em Manaus privilegiam em seu discurso a unidade familiar, mas esse direcionamento se constituiria de forma limitada em torno apenas da mulher e dos filhos, sem incluir a figura masculina.

A conjuntura das ações de política social dos serviços de assistência, apesar de apresentarem uma proposta voltada para família, engendrada na atuação integrada no contexto da violência doméstica e familiar contra mulher, de fato, não acompanham tal prerrogativa, ainda guardando visões estereotipadas de gênero que se assentam no binômio homem/agressor e mulher/vítima⁴, além de aspectos de intervenção fragmentados que focalizam os membros da família parcialmente, negligenciando a perspectiva relacional do fenômeno (Grossi, Minella, Losso, 2006).

O interesse na temática veio sendo construído paulatinamente, desde a inserção acadêmica no estágio obrigatório em Pedagogia. Concluí minha graduação no ano de 2005, em Manaus, Estado do Amazonas, acreditando como

³ Segundo NASCIMENTO (2003), GRANJA e MEDRADO (2009) o termo “agressor” foi amplamente utilizado pelo movimento feminista como estratégia na luta pela criminalização dos homens que cometem atos de violência contra as mulheres. Contudo, opto em utilizar nesta produção, baseada nas pesquisas dos autores supracitados, a expressão “homem autor de violência”, onde justificam que: ao nomeá-lo “agressor”, estamos reduzindo o autor ao ato de agressão cometido, cristalizando-o nesse lugar, tipificando-o. Neste estudo, o uso de termo, “agressor” se justifica, porém, quando faz referência ao modo como os textos e documentos fazem referência a esses homens.

⁴ Conforme aponta a literatura sobre o tema. Ver Granja e Medrado (2009), Cordeiro (2008), Lima (2008) e Marques (2009).

educadora profissional, que transformaria o mundo da sala de aula em um lugar sem limites para mudanças de vidas, através da educação, colaborando na formação de indivíduos mais capacitados, conscientes e competentes para o enfrentamento dos problemas sociais, cotidianos. A vida me levou para o Sudeste do país e, assim, estudei no Rio de Janeiro e após, aproximadamente quinze anos, proveitosos, retornei ao Estado do Amazonas, minha casa fixa desde então.

Com a possibilidade de capacitação na área profissional, venho buscando estar atualizada com relação a assuntos no país e no mundo que infligem a atuação e, a práxis do educador. Em todo percurso nunca me acomodei e nem me satisfiz com o pouco conhecimento, sempre busquei mais, ser melhor profissional e pessoa. Como Manaus se encontra distante dos grandes centros, expressei a minha satisfação e privilégio de estudar por meio do MINTER, em honrosa instituição de irrefragável referência educacional visando qualificar ações a serem implantadas, tendo a teoria como suporte à prática profissional.

Após concluir a especialização, Metodologia do Ensino Superior, deixando duas outras incompletas, participei de vários cursos de aprimoramento profissional, os quais subsidiaram o entendimento comportamental de determinadas crianças, ora agressivas ora introspectivas que traziam no bojo de sua história familiar a questão da violência doméstica (VD).

Inquietou-me no estágio obrigatório em Pedagogia, o que levou ao tema desta pesquisa, a violência doméstica e familiar sofrida na vida das mulheres, contudo o foco ao homem autor de violência (HAV) foi delimitado durante a caminhada de aprendizagem no percurso deste processo acadêmico.

Acentuo em vislumbrar: por qual motivo direcionar o olhar aos HAV? Por ruminar a dúvida que pairava ainda nos tempos de estágio, não somente sobre as conseqüências da VD, mas, sobretudo, como atuar em sua gênese por intermédio de ações preventivas e educacionais? O espaço escolar poderia favorecer essa discussão e atuação construtiva na formação da desnaturalização da violência nas crianças e nos jovens?

O homem adulto será possível se beneficiar, em outros espaços, que não apenas o escolar, como por exemplo programas, projetos e serviços que

provoquem a reflexão sobre seus atos, responsabilizando-se e resignificando suas ações? Deste ponto, definiram-se determinados elementos para esta produção, pois de acordo com estatísticas o homem é o maior perpetrador de violência doméstica e familiar (Perseu Abramo, 2001; OMS, 2002/2005; IBOPE/Instituto Patrícia Galvão, 2003/2006; IBOPE/AVON, 2009), logo, como interromper uma relação violenta conjugal e familiar sem que haja intervenção com o autor da mesma?

Estes questionamentos encontraram inspiração na emergência de recentes perspectivas de estudos, ganhando relevância a atenção aos HAV no combate à violência contra mulher. Tais estudos (Nascimento, 2003; Lima, 2008; Cordeiro, 2008; Marques, 2008; Marques, 2009), passaram a ser de meu interesse, em virtude de arrolarem incômodas e perplexas ausências de informação sobre a atuação com os HAV no combate à violência doméstica e familiar, como um desafio científico coevo. Assim emergiu a curiosidade investigativa e exploratória de escutar técnicos e gestores dos serviços regionais de enfrentamento à violência doméstica e familiar, nas suas próprias formas peculiares pelas quais tentam corporeificar o que fazem sob o nome de ciência.

Mesmo rompendo o círculo da violência em determinada família, o homem, maior perpetrador da violência, se apenas punido ou responsabilizado por seus atos, pode constituir uma nova história de violência em outra relação conjugal, gerando uma nova família subjugada ao viés do relacionamento violento onde crianças e jovens são expostos ao medo ou à vergonha.

No estudo realizado entre 2000 e 2001 pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, demonstrou que os filhos de 5 a 12 anos criados em famílias em que a mulher é submetida à violência apresentam mais problemas, como pesadelos, chupar dedo, urinar na cama, ser tímido ou agressivo. Na cidade de São Paulo, as mães que declararam sofrer violência relataram maior repetência escolar de seus filhos de 5 a 12 anos; e na Zona da Mata de Pernambuco houve maior abandono da escola (Schraider; D'Oliveira, 2002b In: Instituto Patricia Galvão)

Marques (2009, p. 51) ressalta em sua pesquisa por vivência e experiência, que todo e qualquer ato de violência doméstica não tem apenas conseqüências

nefastas nas vítimas, pois, “o próprio agressor é muitas vezes vítima das suas próprias ações”. Da mesma forma, “os filhos que assistem aos atos e por vezes interferem em defesa da mãe, sofrem, quer física quer psicologicamente, tendo repercussões na sua vida futura”, incluindo a fase escolar com possíveis dificuldades de aprendizagem, mas, principalmente com atitudes violentas no seu convívio familiar ou social posterior.

Depois de muitos estudos com homens e mulheres em situação de violência doméstica, sabe-se que o único fator que consistentemente aumenta o risco da violência é o fato de a pessoa haver sido testemunha de violência doméstica na infância. Apesar do álcool e a pobreza poderem favorecer a violência, não são considerados causas diretas do problema (MS, 2001).

Bandura (1961) desenvolveu uma concepção neste aspecto, a chamada Teoria da aprendizagem social, onde o comportamento individual é influenciado pelas condições ambientais a que o indivíduo é exposto levando-o a aprender e a se comportar pela observação da conduta dos que o cercam, isto foi evidenciado em seu experimento com crianças expostas a modelos agressivos, cujas reações são de tentar reproduzir esses modelos; o pesquisador identifica ainda que meninos são mais predispostos à agressão do que as meninas devido à identificação com o mesmo sexo, acentuado por exposição ao modelo masculino agressivo.

Conseqüentemente, algumas condutas na prática da prevenção, enfrentamento e assistência são de extrema importância no combate desse fenômeno, atinentes aos cuidados preventivos do problema da violência. Isto aponta para dados coletados neste trabalho, através das entrevistas de gestores e servidores, que já na educação escolar seria necessária a compreensão do fenômeno numa visão mais ampla da perspectiva de educação de gênero, e desse modo educar para o respeito dos direitos da pessoa humana na construção social do masculino e do feminino (Saffioti, 2004).

As condutas de relação conjugal, familiar são apreendidas durante a formação na qual as crianças e jovens refletindo em sala de aula sobre o ambiente familiar, poderiam ter outra orientação sobre gênero, masculino e o feminino, seus papéis construídos socialmente, pois se a escola pode ser usada como fonte de

reprodução também poderia para fazer objeção às desigualdades nas relações conjugais.

Já na etapa adulta se as pessoas não tiverem oportunidades de refletir sobre seus atos nas relações interpessoais podem perpetuar formas agressivas de encaminhamento das dificuldades vividas nos relacionamentos com seus parceiros.

Considerando o exposto, o objeto de estudo desta dissertação, encontra legalidade nos dispositivos previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), discutindo-se a violência doméstica e familiar contra mulher, entendendo-se os homens autores de violência (HAV) como integrantes desse processo, também no que diz respeito à necessidade de intervenções. Conforme prevêm os dispositivos daquela lei, Art. 35, inciso V e Art. 45, voltados diretamente à rede de enfrentamento à violência contra a mulher quanto ao atendimento prevendo a implementação de ações inclusivas dos homens para conquista da equidade de gênero e cerceamento dos atos viperinos. Assim tal medida inclusa nas ações institucionais como parte da política pública em direção à prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher, está de acordo com a aplicabilidade determinada na LMP.

Tanto as diretrizes legais quanto os resultados da pesquisa científica sobre o tema expressam a relevância profissional de se estudar a violência doméstica com olhar multifocal, multidisciplinar como manifestação de intervenção. Para se combater a VD, é preciso ainda considerar, mais especificamente à minha área de atuação – a educação, que se trate do aspecto de contribuição da educação inclusiva, tendo como lema que o “Respeito à diversidade também se aprende na escola” (Instituto PAPAI, 2010, p. 12).

Isto significa que os educadores devem lançar o seu olhar profissional para redução da desigualdade e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação e violência de gênero, por meio da participação na “formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino” (Op. cit, 2010, p.12).

Para fundamentar as escolhas na orientação de ações gerais foram indubitáveis a análise do lugar da atenção aos homens nos programas e serviços de atenção à violência doméstica e familiar contra a mulher em Manaus, atingindo a caracterização de um serviço de atendimento aos homens autores de violência, com vistas a dar voz aos profissionais inseridos em tal realidade.

Para isto foi realizado inicialmente o mapeamento de programas e serviços que atendessem homens autores de violência doméstica e familiar, consecutivamente desvelando os limites e possibilidades para a efetivação no atendimento a homens autores de violência contra mulher, pelo olhar de sua equipe. Foi preciso ainda apreender o significado da Lei Maria da Penha na voz dos interlocutores/equipe no desenvolvimento do serviço de acompanhamento às mulheres agredidas.

Optou-se metodologicamente por pesquisa de estudo de caráter exploratório, descritivo, construído a partir de abordagem qualitativa, devido à necessidade de apreender os significados emprestados pelos sujeitos (equipe) envolvidos no atendimento dos homens autores de violência, pois a metodologia qualitativa têm a capacidade de incorporar a dimensão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais, tomando-os como construções humanas significativas. No dizer de Minayo (2002):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis (p. 21-22).

A intenção consistiu em se elucidar a possibilidade dos serviços de atenção aos homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher na cidade de Manaus, por via da aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Constitui-se a população para este estudo por quatro (2) participantes do processo decisório, atores influentes na definição da agenda governamental do Estado, bem como um (1) agente da Secretaria de Segurança. E em relação à equipe multidisciplinar, por

quatro (3) profissionais do SAPEM⁵ e (4) profissionais do CHAMe⁶ responsáveis pelo atendimento.

A escolha pelos profissionais deu-se por atuação com a temática considerando-se a posição privilegiada que os mesmos ocupam na condução das atividades, organizando, planejando, realizando, reunindo, avaliando e reformulando os serviços de atendimento a cada momento e situação. Optou-se, também, como instrumentos de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada, que de acordo com Minayo (2002), é entendida como um diálogo aberto e franco, onde tem-se um roteiro como eixo orientador para a discussão de temas complexos de maneira interativa. Rendendo um material, de produção exaustiva, das vivências e conhecimentos relatados das especificidades profissionais dos entrevistados.

Ainda sendo um trabalho logradamente extenso, segundo Richardson (1989), a entrevista é um recurso que pode ser utilizado sempre que houver necessidade de se obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais e que só podem ser fornecidos por pessoas. A entrevista permitiu registrar, além disso, observações sobre o grau de conhecimento, comportamento e atitudes do entrevistado.

O esforço e trabalho na transcrição justificam-se na alocação conceitual de Triviños (1987):

“Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa” (p.146).

⁵ Serviço Emergencial de Apoio à Mulher – Atendimento emergencial de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com acolhimento dos que não correm risco de morte, funciona 24 horas com capacidade para 04 (quatro) vagas, atendendo mulheres e filhos, com tempo de permanência de até 72 horas. Dispõe de atendimento psicológico, jurídico e social, além o serviço de entrega de notificações e transporte ao IML; está em fase de implantação o Sare –Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor.

⁶ Centro Humanitário de Apoio à Mulher – Serviço de apoio jurídico, psicológico e social que funciona na Comissão de Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa do Estado (ALEAM).

As entrevistas realizadas possibilitaram captar a importância do tema no contexto da proposta da pesquisa, consideradas a partir da técnica da análise do conteúdo na perspectiva de Bardin (1997).

A análise conduzida seguiu os seguintes passos (Ludke & André, 1986; Minayo, Op. cit.):

- Leitura das entrevistas;
- Elaboração de uma lista de elementos pertinentes ao tema presentes em cada entrevista e caracterização desses elementos dentro de blocos norteadores;
- Localização das categorias pré-determinadas e construção de novas categorias quando necessárias;
- Releitura dos conteúdos das entrevistas e revisões da estratégia inicial, o que permitiu o surgimento de possíveis relações que não tinham sido percebidas anteriormente.

Quanto aos dados documentais, após sua organização foram relacionados entre si e à bibliografia pesquisada. Dessa forma, foi possível desenvolver uma análise fundamentada e expor as considerações finais.

Este estudo convergiu o olhar pautado na perspectiva da relação de gênero masculino/feminino, no enfoque dos homens autores de violência doméstica e familiar. O olhar como pedagoga/educadora, compreende como característica fundante do ser humano a capacidade de se modificar na relação com seus pares: “como homem, que não pode estar fora de um contexto histórico-social em cujas inter-relações constrói seu eu” (Freire, 2001, p. 19). Assim as transformações sociais são possíveis, pois, “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (idem). Ou, neste caso, contribuir para o aprofundamento da necessidade de discussões e debates sobre a condição masculina.

Assim, refletindo, permanece a interrogação sobre os programas, projetos e serviços de atenção à mulher que sofre violência doméstica, familiar, se se inserem em suas ações o homem autor de agressão? O que pensam os

profissionais a respeito dessa possibilidade? É interessante notar que a breve revisão da literatura feita⁷, identifica a abordagem jurídica nesse sentido como bastante recente no Brasil. Por isso, também será importante conhecer no lócus restrito de Manaus, como está a situação referente a esse aspecto. O reconhecimento do homem autor de violência como objeto dos programas de atenção à mulher agredida é na verdade desconhecido?

A pesquisa mostra-se relevante do ponto de vista social porque os seus achados podem vir a contribuir para que os cidadãos adquiram uma noção mais ampla de um contexto circunscrito, construindo saberes e ações de intervenção para esse aspecto da realidade, ampliando o foco de prevenção, enfrentamento e combate da violência doméstica e familiar, atentando-se para uma parte representativa da aplicabilidade da lei Maria da Penha (LMP).

Para descrever tais resultados, a estrutura da dissertação está exposta em três capítulos e considerações finais, para além da apresentação das referências bibliográficas e exposição dos anexos. No primeiro capítulo, apresenta aproximações de violência e a manifestação da violência doméstica e familiar, compreendendo que existem outras chaves de leitura conceituais pertinentes a problemática, porém a abordada se justifica por versar sobre as adotadas no embasamento teórico da Lei MP. A partir daí, realiza-se um percurso de significados, nos quais são contemplados estudos atuais a respeito da violência contra a mulher, em Manaus. O segundo capítulo aborda Lei Maria da Penha, percorrendo a trajetória da legislação brasileira e acordos internacionais que a influenciaram, no que diz respeito aos direitos das mulheres. O terceiro capítulo apresenta o estudo exploratório da percepção dos profissionais da equipe multidisciplinar de dois órgãos ligados a rede de serviços de enfrentamento a violência contra a mulher na cidade de Manaus.

⁷ NASCIMENTO (2003), LIMA (2008), CORDEIRO (2008), MARQUES (2008), MARQUES (2009).